

CAIUÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ nº 14.832.534/0001-99

Relatório da administração (Em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração: A administração da Caiuá Transmissora de Energia S.A. (Companhia) em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório do auditor independente.

2. A Companhia
Denominação social: Caiuá Transmissora de Energia S.A.
Natureza jurídica: Sociedade anônima fechada
Data de constituição: 19 de dezembro de 2011
Sede: Rio de Janeiro
Objeto social: Implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica
(i) Linha de Transmissão Umuarama-Guaira, CS; (ii) Cascavel Oeste - Cascavel Norte; (iii) Subestação 230/69 Santa Quitéria-SF6 e (iv) Subestação 230/138 Cascavel Norte
Características técnicas: Tensão de (i) 230 kV, circuito simples; (ii) 230 kV, circuito duplo; (iii) 13,8 kV e (iv) 13,8 kV
Extensão aproximada: (i) 105 km; e (ii) 31km
As acionistas da Companhia exercem controle conjunto, conforme acordo de acionistas firmado entre elas, sendo suas respectivas participações apresentadas a seguir.

Celeo Redes Brasil S.A. (Celeo)	51%
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel)	49%
	100%

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Receita Anual Permitida (RAP)

	Resolução Homologatória (RH) nº 3.481	Resolução Homologatória (RH) nº 3.348
Data da resolução	17 de julho de 2025	16 de julho de 2024
Ciclo tarifário	2025-2026	2024-2025
RAP estabelecida	36.565	34.718

Observa-se um aumento aproximado de 5,3%, decorrente do reajuste do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

(b) Reforço

	Reforço Banco Capacitor	Reforço Transformador
Ato autorizativo	Despacho 3008, atualizado pelo despacho 1.821	Despacho 1.165
Data do despacho	7 de outubro de 2024 e 16 de junho de 2025	16 de abril de 2025
RAP prevista	1.380	4.398
Prazo de conclusão	30 meses	30 meses
Obra	Instalação do 1º Capacitor de 30Mvar/138 kV Arranjo BPT e conexão - SE Cascavel Norte	Instalação do 3º ATF 230/138 kV, 1 x 150 MVA - SE Cascavel Norte
Custo estimado	9.741	30.938
Previsão de início de operação	09 de abril de 2027	22 de outubro de 2027

(c) Pagamento de dividendos para as acionistas

Celeo	7.166
Copel	6.886
	14.052

(d) Disponibilidade da linha de transmissão - A disponibilidade da linha de transmissão no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 99,98%.

(e) Pagamento de principal e juros do financiamento

Cargos	2025		2024	
	Total	Mulher	Total	Mulher
Diretoria e Conselheiros	5	-	5	-
	R\$ 162	-	R\$ 218	R\$ 35

4. Atendimento às disposições sobre Política de Equidade - Lei nº15.177/2025: A Companhia afirma seu compromisso com a promoção da equidade, da igualdade de oportunidades, da não discriminação e do respeito à diversidade, valores que orientam a atuação da Companhia e integram sua cultura organizacional. Nesse sentido, em conformidade com a Lei nº 15.177/25, que alterou o artigo 133, parágrafo sexto, da Lei 6.404/76, a Companhia divulga as seguintes informações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Cargos	2025		2024	
	Total	Mulher	Total	Mulher
Diretoria e Conselheiros	5	-	5	-
	R\$ 162	-	R\$ 218	R\$ 35

(i) Refere-se à posição em 31 de dezembro de cada ano. (ii) Refere-se às remunerações em cada exercício.

5. Governança corporativa: As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. **(a) Diretoria** - A Companhia é administrada por 2 (dois) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelo Conselho de Administração. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social. **(b) Conselho Fiscal** - O Conselho Fiscal não é permanente, e será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, sendo permitida a reeleição no todo ou em parte. Compete aos membros do Conselho Fiscal, as atribuições, competências e prazo de mandato previstos em lei. **(c) Conselho de Administração** - O Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, e por ela destituíveis a qualquer tempo, para o exercício de mandato unificado de 03 (três) anos, permitida a recondução no todo ou em parte. Atualmente não há suplentes em sua composição. Compete aos conselheiros, entre outros, aprovar a contratação de empréstimos, financiamentos ou a constituição de dívidas, eleger e destituir a Diretoria e aprovar as normas de procedimento para a administração da Companhia. **6. Declaração da Diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro (em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	3.529	2.754
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	33.538	14.366
Concessionárias e permissionárias	10	3.378	3.332
Ativo de contrato	11	26.783	25.630
Outros ativos		1.042	1.003
Total do ativo circulante		68.270	47.085
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	1.985	10.828
Ativo de contrato	11	278.906	276.782
Total do realizável a longo prazo		280.891	287.610
Imobilizado		725	729
Total do imobilizado		725	729
Total do ativo não circulante		281.616	288.339
Total do ativo		349.886	335.424

	Nota	2025	2024
Fornecedores	12	2.218	112
Financiamento	12	5.866	5.735
Imposto de renda e contribuição social a recolher	13	349	6.881
PIS e COFINS diferidos	14	931	891
Dividendos	22 (c)	44.036	22.004
Encargos setoriais		1.221	1.179
Outros passivos		1.056	966
Total do passivo circulante		55.677	37.768
Financiamento	12	12.574	17.921
PIS e COFINS diferidos	14	10.011	9.951
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	9.415	16.174
Total do passivo não circulante		32.000	44.046
Total dos passivos		87.677	81.814
Capital social	17 (a)	140.732	140.732
Reserva de lucros	17 (b)	89.640	95.518
Dividendo adicional proposto	17 (d)	31.837	17.360
Total do patrimônio líquido		262.209	253.610
Total do passivo e patrimônio líquido		349.886	335.424

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	18	37.583	35.335
Custo de construção	19 (a)	(1.145)	-
Custos operacionais	19 (b)	(4.356)	(6.681)
Lucro bruto		32.082	28.654
Despesas gerais e administrativas	19(c)	(1.252)	(1.132)
Provisão para perda de crédito esperada	10	(117)	(62)
Despesas operacionais		(1.369)	(1.194)
Resultado antes do resultado financeiro		30.713	27.460
Receitas financeiras		4.202	2.688
Despesas financeiras		(2.373)	(2.544)
Resultado financeiro	20	1.829	144
Resultado antes dos impostos		32.542	27.604
Imposto de renda e contribuição social correntes		5.382	(2.957)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		6.759	(282)
Imposto de renda e contribuição social	21	12.141	(3.239)
Lucro líquido do exercício		44.683	24.365

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		44.683	24.365
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(5.382)	2.957
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(6.759)	282
- PIS e COFINS diferidos	14	101	87
- Títulos e valores mobiliários - rendimentos	20	(4.201)	(2.610)
- Provisão para contingências	16	-	73
- Provisão para perdas de crédito esperada	10	117	62
- Juros e correção monetária sobre financiamento	12	2.159	2.273
- Depreciação		4	5
- Ativo de contrato - receita de construção	11	(1.320)	-
- Ativo de contrato - remuneração	11	(27.587)	(27.364)
		1.815	129

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Variações em:			
- Concessionárias e permissionárias		(163)	(344)
- Ativo de contrato	11	25.630	24.526
- Impostos e contribuições a recuperar		(39)	84
- Outros ativos		(79)	(99)
- Fornecedores		2.106	(99)
- Impostos e contribuições a recolher		(478)	26
- Encargos setoriais		42	108
- Outros passivos		89	(130)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		29.002	24.221
Impostos pagos sobre a receita tributável		(672)	(575)
Financiamentos - pagamento de juros	12	(1.650)	(2.078)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		26.680	21.568

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(42.092)	(21.997)
Títulos e valores mobiliários - resgates		35.964	22.178
Caixa (utilizado) gerado nas atividades de investimento		(6.128)	181

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos - pagamento de principal	12	(5.725)	(5.630)
Pagamento de dividendos	22 (c)	(14.052)	(14.119)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento		(19.777)	(19.749)
Aumento líquida em caixa e equivalentes de caixa		775	2.000
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.754	754
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	3.529	2.754

para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou a nova norma contábil (listada abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras, visto que não é aplicável.

Norma Vigência
Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21) 01/01/2025
A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	44.683	24.365
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	44.683	24.365

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros				Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital Social	Legal	Retenção de lucros	Lucros a realizar			
Saldo em 31 de dezembro de 2023		140.732	7.460	70.505	24.329	16.756	259.782	
Transferência para reserva de retenção de lucros	17 (b)	-	-	8.223	-	(8.223)	-	
Aprovação para pagamento de dividendos	17 (d)	-	-	-	-	(8.533)	-	
Dividendos constituídos	17 (b)	-	-	-	(16.217)	-	-	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	24.365	24.365	
Reserva legal	17 (b)	-	1.218	-	-	(1.218)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	-	(5.787)	(5.787)	
Dividendos adicionais propostos	17 (d)	-	-	-	-	(17.360)	(17.360)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024		140.732	8.678	78.728	8.112	17.360	253.610	
Pagamento de dividendos	17 (d)	-	-	-	-	(17.360)	-	
Dividendos constituídos	17 (b)	-	-	-	(8.112)	-	-	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	44.683	44.683	
Reserva legal	17 (b)	-	2.234	-	-	(2.234)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	-	(10.612)	(10.612)	
Dividendos adicionais propostos	17 (d)	-	-	-	-	(31.837)	(31.837)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025		140.732	10.912	78.728		31.837	262.209	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Caiuá Transmissora de Energia S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, foi constituída em 19 de dezembro de 2011 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas por (i) linha de transmissão 230 kv Umuarama-Guaira, CS, 105 km; (ii) linha de transmissão 230 kv Cascavel Oeste - Cascavel Norte, C2, 31 km; (iii) Subestação 230/69 - 13,8 kv Santa Quitéria-SF6; e (iv) Subestação 230/138 - 13,8 kv Cascavel Norte. As acionistas da Companhia exercem controle conjunto, conforme acordo de acionistas firmado entre elas, sendo suas respectivas participações apresentadas a seguir.

Celeo Redes Brasil S.A. (Celeo)	51%
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel)	49%
	100%

1.1 Contrato de concessão

Contrato de concessão	nº 7/2012
Objeto do contrato	Construção, operação e manutenção das instalações de transmissão
Estados atendidos	Paraná
Empreendimento principal	(i) Linha de Transmissão Umuarama-Guaira, CS; (ii) Cascavel Oeste - Cascavel Norte; (iii) Subestação 230/69 Santa Quitéria-SF6 e (iv) Subestação 230/138 Cascavel Norte
Características técnicas da LT	Tensão de (i) 230 kV, circuito simples; (ii) 230 kV, circuito duplo; (iii) 13,8 kV e (iv) 13,8 kV
Extensão aproximada	(i) 328 km; e (ii) 31km
Instalações	(i) linha de transmissão Umuarama-Guaira, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 105 km, com origem na subestação Umuarama e término na subestação Guaira; (ii) linha de transmissão Cascavel Oeste - Cascavel Norte, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 31 km, com origem na subestação Cascavel Oeste e término na subestação Cascavel Norte; (iii) pela subestação Santa Quitéria em 230/138/13,8 kv (operando em 230/69/13,8 kv; (iv) pela subestação Cascavel Norte em 230/138/13,8 kv; (v) trecho subterrâneo de conexão da subestação de Santa Quitéria às linhas de distribuição (isolados para 138 kv e operando inicialmente em 69 kv); (vi) trecho subterrâneo de conexão da subestação Santa Quitéria à linha de transmissão 230 kv (que está operando em 69 kv) Barigui-Santa Quitéria, circuito duplo; (vii) instalações de transição aéreo/subterrâneo; (viii) e entradas de linha, interligações de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
Data de assinatura	10 de maio de 2012
Prazo de vigência	30 anos
Data de vencimento	10 de maio de 2042
Início da operação comercial	Julho de 2014

1.2 Receita Anual Permitida

	Resolução Homologatória (RH) nº 3.481	Resolução Homologatória (RH) nº 3.348
Data da resolução	17 de julho de 2025	16 de julho de 2024
Ciclo tarifário	2025-2026	2024-2025
RAP estabelecida	36.565	34.718

O aumento aproximado de 5,3% é decorrente do reajuste positivo do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). **1.3 Revisão Tarifária Periódica** - A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) procederá a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, considerando o seguinte cronograma.

	1ª revisão	2ª revisão	3ª revisão	4ª revisão	5ª revisão
Cronograma RTP (ciclo tarifário)	2017-2018	2022-2023	2		



CAIUÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 14.832.534/0001-99

Prática	Nota explicativa	Descrição
Ativo de contrato	11	<p>Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.</p> <p>De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.</p> <p>Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.</p> <p>Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:</p> <p>i. Reconhecimento de receita de construção - Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção 40% (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.</p> <p>ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção - Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão.</p> <p>iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido - Registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto de 11% definida no início de cada projeto.</p> <p>A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:</p> <p>i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.</p> <p>ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.</p>

à época dos respectivos fatos geradores, restringindo-se ao encerramento da incidência futura. Dessa forma, ainda que a liquidação financeira ou a realização contábil desses saldos ocorra após 2027, a administração entende que a obrigação é exigível, uma vez que tais valores representam obrigações tributárias válidas, reconhecidas em conformidade com o ICPC 01 e o CPC 47, devendo permanecer registradas até sua efetiva liquidação ou até outra forma de realização expressamente prevista na legislação aplicável. Por fim, a Companhia acompanhará de forma contínua os desdobramentos da Reforma Tributária, incluindo eventuais regulamentações complementares e pronunciamentos técnicos, avaliando tempestivamente os impactos contábeis e fiscais que eventualmente se façam necessários, em conformidade com a legislação vigente e com as normas contábeis aplicáveis. O montante do PIS e da COFINS está demonstrado abaixo:

	2025	2024
PIS	1.952	1.934
COFINS	8.990	8.908
	10.942	10.842

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Circulante	931	891
Não circulante	10.011	9.951
	10.942	10.842

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos: A movimentação do IRPJ e da CSLL diferidos está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	16.174	15.892
Despesa do ano corrente	357	282
Efeito da alteração da alíquota de presunção (a)	(7.116)	-
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	9.415	16.174

(a) Para maiores detalhes, veja a nota explicativa 13. O montante do IRPJ e da CSLL está demonstrado abaixo:

	2025	2024
Imposto de renda	6.114	11.893
Contribuição social	3.301	4.281
	9.415	16.174

Os valores apresentados são apurados sobre o ativo de contrato. **16 Contingências:** A Companhia constituiu provisões relacionadas a processos judiciais e administrativos, em valores suficientes para garantir eventuais perdas consideradas prováveis. A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco possível e remoto não são provisionados. Os processos avaliados como de risco possível são divulgados em notas explicativas. A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é suportada pelo julgamento e pela experiência da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis. As avaliações de risco e os valores estimados podem divergir dos que vierem a ser incorridos pela Companhia.

(a) Suspensão do Pagamento Base - A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e o Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável por atraso na entrada em operação. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor em risco é de R\$ 9.877 e R\$9.709, respectivamente, e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível. **(b) Servidão administrativa** - A Companhia indeniza os proprietários por onde a linha de transmissão foi construída. Inicialmente a Companhia atribui o valor da indenização que é reconhecida inicialmente como custo do empreendimento. Caso o proprietário não concorde com o valor da indenização, é necessário que a Companhia aione o judiciário. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor em risco é de R\$ 77 e 73, respectivamente, e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda provável. Caso esse valor seja pago aos proprietários, a Companhia pode pedir à ANEEL a reabertura do processo de utilização e incluir esses gastos como custo do empreendimento. O montante foi provisionado na rubrica de "outros passivos".

	Provisões		Passivos contingentes	
	2025	2024	2025	2024
Cível	-	-	9.877	9.709
Fundiário	77	73	-	-
	77	73	9.877	9.709

17 Patrimônio líquido: (a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 140.732, dividido em 140.732.000 (cento e quarenta milhões e setecentos e trinta e dois mil) ações ordinárias sem valor nominal, distribuídas entre seus acionistas conforme abaixo:

		%	Ações (mil)
	2025	2024	2025 e 2024
Celso	51%	-	71.773
Copel	49%	-	68.959
	100%		140.732

(b) Reserva de lucros - i. Reserva legal - Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. A destinação da reserva legal está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Reserva legal	2.234	1.218

ii. Reserva de retenção de lucros - Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

Reunião	Data	Valor	Deliberação
Assembleia Geral Ordinária	25 de abril de 2024	8.233	Destinado à retenção de lucros

iii. Reserva de lucros a realizar - Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47 conforme descrito na nota explicativa 6.

Reunião	Data	Valor	Deliberação
Assembleia Geral Ordinária	27 de março de 2025	16.217	Aprovação do montante como dividendos a pagar

(c) Dividendos mínimos obrigatórios - O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76. A destinação do dividendo mínimo obrigatório está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Dividendos mínimos obrigatórios	10.612	5.787

(d) Dividendo adicional proposto - Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, mediante aprovação dos acionistas.

Reunião	Data	Valor	Deliberação
Assembleia Geral Ordinária	25 de abril de 2024	8.223	Destinação à reserva de retenção de lucros
Assembleia Geral Ordinária	27 de março de 2025	8.533	Destinação ao pagamento de dividendos
Assembleia Geral Ordinária	27 de março de 2025	17.360	Aprovação para o pagamento de dividendos adicionais.

A destinação do dividendo adicional está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Dividendo adicional proposto	31.837	17.360

18 Receita operacional líquida

	2025	2024
Remuneração do ativo	27.587	27.365
Receita de operação e manutenção	11.364	10.874
Ganho na RAP	167	(201)
Receita de construção	1.320	-
Parcela variável (indisponibilidade)	(4.147)	-
Receita bruta	40.291	38.038
Pis e Cofins correntes	(1.310)	(1.272)
Pis e Cofins diferidos	(101)	(87)
Encargos setoriais	(1.297)	(1.344)
Deduções da receita	(2.708)	(2,703)
	37.583	35.335

(b) Os saldos dos encargos setoriais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Reserva global de reversão (RGR)	(1.052)	(886)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(334)	(322)
Taxa de fiscalização de serviços de energia (TFSEE)	89	(136)
	(1.297)	(1.344)

19 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas (a) Custos operacionais

	2025	2024
Serviço de operação e manutenção (i)	(5.068)	(4.650)
Meio Ambiente (ii)	(1.537)	(460)
Serviços de vigilância	(462)	(411)
Consultorias	(228)	(64)
Material	(219)	(309)
Doação	(166)	(14)
Seguros	(155)	(156)
Passagem aérea/hospedagem	(89)	(81)
Reparo e manutenção das instalações de transmissão	(159)	(74)
Ressarcimento de prejuízos e danos decorrentes de sinistro	(iii) 4.250	-
Diversos	(523)	(462)
	(4.356)	(6.681)

(i) Refere-se a prestação de serviços para operação e manutenção das instalações de transmissão realizados pela Copel (nota explicativa 22). (ii) O aumento refere-se principalmente às despesas com a construção das casas do projeto indígena PBAI no montante de R\$ 632 e com reposição florestal no montante de R\$ 165. (iii) O valor de R\$ 4.250 refere-se ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes do incêndio na subestação de Santa Quitéria da Companhia, ocorrido em 18 de novembro de 2014, conforme acordado entre a Companhia, a Copel Distribuição S.A. e a Copel Geração e Transmissão S.A. no Termo de Acordo e Transação celebrado em 27 de março de 2025. O referido valor foi integralmente pago pelas partes à Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Prática	Nota explicativa	Descrição
Imposto de renda e contribuição social	13 e 15	<p>O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as premissas: base de cálculo de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre a receita de operação e manutenção, 32% sobre a receita de construção e remuneração do ativo de contrato e/ou financeiro e alíquota de 15% e adicional de 10% (IRPJ) e alíquota de 9% (CSLL).</p> <p>A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.</p> <p>(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.</p> <p>(b) Ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.</p> <p>(c) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos - O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e são mensurados pelas alíquotas vigentes na data de apresentação dessas demonstrações financeiras.</p> <p>Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar.</p>

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Norma	Adoção	Vigência
Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações às CPC 48/IFRS9 e CPC 40/IFRS 7)	Não houve adoção antecipada e não se espera que esta alteração tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.	01/01/2026
Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7)		
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras (substituirá o CPC 26/IAS 1)	Não houve adoção antecipada; entretanto, a Companhia espera impactos relevantes na elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício e da Demonstração dos Fluxos de Caixa decorrentes da aplicação da IFRS 18. A Companhia encontra-se em processo de avaliação dos potenciais impactos desse pronunciamento sobre suas demonstrações financeiras.	01/01/2027

8 Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a totalidade dos recursos está em conta corrente. O montante apresentado refere-se, principalmente, a disponibilização do saldo para o pagamento de despesas correntes incluindo o financiamento. Para maiores detalhes do financiamento, veja nota explicativa 12. **9 Títulos e valores mobiliários: i. Circulante** - A Companhia aplica seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) no banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 99,5% (98,7% em 31 de dezembro de 2024) do DI com vencimento entre abril e dezembro de 2026. A totalidade dos recursos está nesse tipo de aplicação. **ii. Não circulante** - Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, em uma conta denominada "Conta Reserva" (caixa restrito), valores equivalentes ao saldo mínimo de 3 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida. Em 31 de dezembro de 2025 a totalidade dos recursos está aplicada em renda fixa via cotas de fundos de investimento em títulos públicos, referenciado DI, no banco Santander Brasil. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,2% (10,6% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). A variação observada refere-se ao do resgate de saldo para aplicação em investimentos mais rentáveis. Para fins de garantia, o saldo está em linha com o requisitado pelo contrato de financiamento. Aplicações referentes às garantias do contrato de financiamento estão em conformidade com as exigências contratuais. Para maiores detalhes, veja a nota explicativa 12.

10 Concessionárias e permissionárias

	2025	2024
A vencer	3.251	3.201
Até 3 meses	96	92
De 3 a 12 meses	31	39
Acima de 12 meses	179	62
Provisão para perda de crédito esperada	(179)	(62)
	3.378	3.332

A movimentação da PCE está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	(62)	-
Adições	(117)	(62)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	(179)	(62)

11 Ativo de contrato

	2025	2024
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	302.412	299.574
Receita de construção	1.320	-
Remuneração do ativo de contrato	27.587	27.364
Recebimentos	(25.630)	(24.526)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	305.689	302.412

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Circulante	26.783	25.630
Não circulante	278.906	276.782
	305.689	302.412

12 Financiamento

	2025	2024
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	23.656	29.091
Juros	2.159	2.273
Amortização - principal	(5.725)	(5.630)
Amortização - juros	(1.650)	(2.078)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	18.440	23.656

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Circulante	5.866	5.735
Não circulante	12.574	17.921
	18.440	23.656

i. Estrutura da dívida - (a) Financiamento - A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES. O Contrato foi assinado no dia 23 de dezembro de 2013 e foi destinado à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1, sendo dividido em 2 (dois subcréditos) conforme tabela a seguir.

	Subcrédito A	Subcrédito B
Valor captado	69.800	14.800
Vencimento da 1ª parcela	23 de dezembro de 2013	-
Vencimento da última parcela	15 de fevereiro de 2029	-
Finalidade	Obras civis	Máquinas e equipamentos
Encargos	e demais itens	TJLP + 3,5%
Forma de pagamento	TJLP + 1,97%	Principal e juros mensais

ii. Estratégia para a contratação da dívida - Na avaliação prévia à contratação da dívida, a Companhia considerou o impacto na sua estrutura de capital, além de fatores como disponibilidade de recursos (fontes existentes e disponíveis), custo, prazo e indexação. Tendo em vista que a receita da Companhia é corrigida anualmente pelo IPCA, dívidas com mesma indexação permitem o alinhamento entre receitas e despesas financeiras. **iii. Fluxos dos pagamentos futuros** - O fluxo estimado de pagamentos futuros inclui somente o principal, capitalizado quando aplicável, tendo em vista que os pagamentos de juros ocorrem mensalmente (financiamento). Esse fluxo é calculado com base na posição final da dívida em 31 de dezembro de 2025 e considerando que todas as amortizações de principal dos financiamentos serão efetuadas nas datas contratadas. O montante inclui valores de encargos incorridos, já reconhecidos nestas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025 o vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2025
Em 2027	5.803
Em 2028	5.803
Em 2029	968
	12.574

iv. Cláusulas restritivas - O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. As principais cláusulas estão descritas a seguir.

(a) não praticar atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária

(b) não realizar, sem a prévia autorização do BNDES, (i) constituição de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES; (ii) concessão de preferência a outros créditos e (iii) distribuição de dividendos superior a 25% do lucro líquido, salvo se verificado, cumulativamente, (1) o atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos); (2) que não afete a capacidade da companhia para cumprir suas obrigações financeiras e operacionais e (3) a companhia estar adimplente com todas as obrigações do contrato de financiamento e dos contratos de garantia

(c) cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de concessão

(d) apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice de Capital Próprio (ICP)

(e) extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, bem como o requerimento de autofalência ou de falência relativo a Companhia

(f) transformação da Companhia em outro tipo societário

(g) declaração de vencimento antecipado do contrato de financiamento do BNDES e/ou de qualquer financiamento contratado pela Companhia, não sanadas no prazo de 90 (noventa) dias

(h) extinção da concessão para executar o projeto objeto do contrato de concessão

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento.

v. Composição do endividamento e da dívida líquida

	2025	2024
Dívida bruta		
Financiamento	18.440	23.656
Caixa e equivalentes de caixa e TVM		
Conta corrente	3.529	2.754
CDB	33.538	14.366
Fundo de investimento	1.985	10.828
Dívida líquida	(20.612)	(4.292)</



CAIUA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ nº 14.832.534/0001-99

(b) Despesas gerais e administrativas	2025	2024
Prestação de serviços administrativos	(420)	(420)
Consultorias	(337)	(173)
Pessoal	(245)	(373)
Publicações	(56)	(38)
Passagem aérea	(31)	-
Diversos	(163)	(128)
	(1.252)	(1.132)

(i) Refere-se a prestação de serviços administrativos (contabilidade, fiscal, financeiro, jurídico e outros) realizados pela Celeo (conforme nota explicativa 22).

20 Resultado financeiro	2025	2024
Rendimento de aplicação financeira	4.201	2.610
Outras receitas	1	78
Receitas financeiras	4.202	2.688
Juros - debêntures	-	-
Juros - financiamento	(2.159)	(2.273)
Outras despesas	(2.373)	(2.544)
Despesas financeiras	(1.829)	144

21 Imposto de renda e contribuição social	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Remuneração do ativo	27.754	27.754	27.164	27.164
Percentual de presunção	32%	32%	32%	32%
Base de cálculo da receita	8.881	8.881	8.692	8.692
Receita de O&M	11.364	11.364	10.874	10.874
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo da receita de O&M	909	1.364	870	1.305
Receitas financeiras	4.202	4.202	2.688	2.688
Exclusões	(2.579)	(2.579)	(3.599)	(3.599)
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.862)	(1.004)	(2.139)	(818)
Efeito da alteração da alíquota de presunção	(b) 7.171	2.077	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	4.309	1.074	(2.139)	(818)
Ativo de contrato	(263)	(95)	(234)	(48)
Efeito da alteração da alíquota de presunção	(b) 5.232	1.884	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.970	1.789	(234)	(48)

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia alterou o seu regime de tributação, optando pelo lucro presumido. Ao fazer essa mudança, a Companhia ofereceu a tributação da parte B do IRLR, pagando o montante de IRPJ e CSLL diferido no valor de R\$ 18.168. Como contrapartida, a Companhia tem o direito de se beneficiar proporcionalmente desse valor oferecido até o final da concessão. (b) Para maiores detalhes, veja a nota explicativa 13.

22 Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais

	Tipo de transação	Índice de correção	Prazo	Vencimento	Passivo		Resultado	
					2025	2024	2025	2024
Celeo (i)	Backoffice	IPCA	5 anos	2026	255	255	(420)	(420)
Copel (ii)	O&M	IPCA	5 anos	2026	-	-	(5.068)	(4.650)

As transações comerciais com a Celeo referem-se a (i) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica "serviços de terceiros - despesas operacionais"; e (ii) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica "serviços de terceiros - custos operacionais". (b) **Remuneração da administração** - Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração da diretoria (salário, encargos, benefícios e remuneração variável), do conselho fiscal e do conselho de administração (pró-labore e encargos) foi de R\$ 157 (R\$ 228 em 31 de dezembro de 2024) e está registrada na rubrica "pessoal - despesas operacionais".

(c) Dividendos	2025	2024
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	22.004	5.586
Pagamento de dividendos	(14.052)	(14.119)
Dividendos adicionais	8.112	-
Dividendos oriundos da reserva de lucros	17.360	24.750
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	10.612	5.787
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	44.036	22.004

(d) Ressarcimento de prejuízos e danos decorrentes de sinistro - Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a companhia recebeu da Copel o ressarcimento de prejuízos e danos decorrentes do sinistro ocorrido na subestação de Santa Quitéria em 18 de novembro de 2014, que culminou no incêndio da subestação. **23 Gestão de riscos financeiros: (a) Considerações gerais e políticas** - A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. **i. Gestão de risco de capital** - A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor, observadas as condições do Contrato de Concessão e do Contrato de Financiamento, a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas e a emissão de novas ações e outras ações de adequação de estrutura de capital. **ii. Gestão de risco de mercado** - Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas ou é indexado ao IPCA, da mesma forma que a receita do contrato de concessão. **iii. Gestão de risco de crédito** - O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais** - A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais. Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) um pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, conforme estabelecido pelo Contrato de Uso de Sistema de Transmissão assinado pelo ONS com os agentes acessantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Eventualmente, pode ocorrer que um usuário obtenha posicionamento jurídico favorável à suspensão parcial ou total dos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão ("EUST"), seja devido a reestruturação de passivos ou questionamento dos termos e condições do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST"). A Companhia não é parte ativa destas discussões e tem o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro assegurado pelo Contrato de Concessão. Apesar de não haver histórico de perdas materiais, a Companhia adotou uma política de provisão baseada em atrasos superiores a 12 meses. **iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras** - Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez** - O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia visa a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolsos programados, embora durante período de operação não seja esperado que os desembolsos superem

os ingressos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa visa antecipar a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, permitindo maior tempo para análise, estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos de renda fixa com liquidez diária. **(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros** - A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução ou aumento de 25%; e (iii) redução ou aumento de 50% do cenário provável, respectivamente.

Aplicação financeira	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Redução do CDI		(5.328)	(3.996)	(2.664)
Aumento da TJLP		1.379	1.724	2.069
Financiamento				
Caixa e equivalente de caixa	8	3.529	-	2.754
Títulos e valores mobiliários	9	Nível II	35.523	-
Concessionárias e permissionárias	10	3.378	-	3.332
Ativos Financeiros		6.907	35.523	6.086
Fornecedores		2.218	-	112
Financiamento	12	18.440	-	23.656
Passivos Financeiros		20.658	-	23.768

*Fonte: O CDI para o cenário provável (15%) foi considerado conforme relatório Focus de 2 de janeiro de 2026. A TJLP para o cenário provável (7,5%) foi considerada conforme relatórios de mercado de dezembro de 2025. **(c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros** - A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

Hierarquia do valor justo	2025		2024	
	Custo amortizado	VJR	Custo amortizado	VJR
Caixa e equivalente de caixa	3.529	-	2.754	-
Títulos e valores mobiliários	-	35.523	-	25.194
Concessionárias e permissionárias	3.378	-	3.332	-
Ativos Financeiros	6.907	35.523	6.086	25.194
Fornecedores	2.218	-	112	-
Financiamento	18.440	-	23.656	-
Passivos Financeiros	20.658	-	23.768	-

(d) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo) - A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros reconhecidos nestas demonstrações financeiras se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. A Companhia considera que os saldos contábeis do financiamento, classificados como "passivos financeiros ao custo amortizado", aproximam-se dos seus valores justos. **24 Cobertura de seguros (não auditado):** A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

	Data de vigência	Importância segurada
Risco operacional	30.06.2025 a 30.06.2026	100.353
Responsabilidade civil	30.06.2025 a 30.06.2026	70.000
Responsabilidade da administração	16.04.2025 a 16.04.2026	50.000
Veículos	30.05.2025 a 30.05.2026	99

Julio César de Castro Martins - Diretor Presidente
José Renato Sobral de Menezes - Diretor
Bruno M. S. M. Melo - Contador - CRC-RJ 111193/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Caiuá Transmissora de Energia S.A. **Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Caiuá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior** - O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 6 de fevereiro de 2025, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades dos administradores e da governança pelas demonstrações financeiras** - Os administradores da Companhia são responsáveis pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que eles determinaram como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que os administradores pretendam liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelos administradores. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda. - **Patricio Marques Roche**
CRC 2SP00160/F-5 - Contador CRC 1RJ081115/O-4

